

## ÍNDICE

PREFÁCIO	5
INTRODUÇÃO	19

### PARTE I PREPARAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL

CAPÍTULO I – SOBRE A ASSEMBLEIA GERAL	23
1. Conceito	23
2. A autonomia da vontade coletiva	24
3. A responsabilidade individual	25
4. A discussão, preparação da expressão da vontade individual	26
5. Minoria, maioria e unanimidade	27
6. Decisão e deliberação	28
CAPÍTULO II – PODERES DA ASSEMBLEIA GERAL	31
1. A assembleia é soberana?	31
2. Limitações ao poder soberano	33
2.1. Estatutos	33
2.2. Sociedades comerciais	34
2.3. Condomínios	35
2.4. Administração Pública	36
2.5. Órgãos autárquicos	37
3. O primado da lei	37
CAPÍTULO III – CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL	39
1. Quem convoca nas associações	39
1.1. Assembleias ordinárias	43

1.2. Assembleias extraordinárias	44
2. Condomínios	45
3. Sociedades comerciais	46
3.1. Sociedades por quotas	46
3.2. Sociedades anónimas	46
4. Quem convoca as reuniões na Administração Pública	47
5. Convocação de assembleias nos órgãos autárquicos	48
5.1. Assembleia de freguesia	48
5.2. Assembleia municipal	48
CAPÍTULO IV – O AVISO CONVOCATÓRIO	49
1. Publicações	49
2. Associações	50
2.1. Requisitos da convocatória	50
A segunda convocatória	51
2.2. Continuação dos trabalhos	52
2.3. O uso de assinatura de chancela na convocatória	52
3. Sociedades comerciais	53
4. Condomínios	55
5. Administração Pública	55
6. Órgãos autárquicos	55
CAPÍTULO V – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA	57
1. O que é?	57
2. Obrigatoriedade	58
2.1. Associações	58
2.2. Condomínios	59
2.3. Sociedades comerciais	59
2.4. Administração Pública	59
2.5. Órgãos autárquicos	60
2.5.1. Intervenção do público	60
2.5.2. Período antes da ordem do dia	61
3. Duração do período	65
CAPÍTULO VI – A MESA DA ASSEMBLEIA GERAL	67
1. Composição da Mesa	67
1.1. Associações	67
1.2. Condomínios	68
1.3. Sociedades comerciais	69
1.4. Órgãos autárquicos	69

2. Funções	70
3. Intervenção dos membros da mesa no decurso dos trabalhos	70
4. Substituição dos elementos da mesa	71
5. Na mesa, só se senta a mesa	71
6. A polémica da Mesa no Sporting Clube de Portugal	72
CAPÍTULO VII – A ORDEM DE TRABALHOS	77
1. Importância	77
1.1. Assembleia eleitoral	78
2. É necessário mencionar “aprovação” ?	78
3. Poderes do presidente na formulação	80
3.1. Adicionar assuntos	80
3.2. Hierarquização dos assuntos	80
4. Sociedades comerciais. Inclusão de assuntos	81
5. Administração Pública. Inclusão de assuntos	82
6. Órgãos autárquicos	82
7. Retificação da ordem de trabalhos	82

PARTE II  
REALIZAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL

CAPÍTULO VIII – CONSTITUIÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL	87
1. Pontualidade	87
2. Participantes	88
2.1. Diferentes categorias de sócios	88
2.2. Sócios fundadores	89
2.3. Sócios com quotização em atraso	89
2.4. Condóminos com quotas em atraso	90
2.5. Sociedades comerciais	90
2.6. Órgãos autárquicos	90
3. Participar: dever cívico	91
4. Assistência de pessoas estranhas	91
4.1. Associações	92
4.2. Condomínios	92
5. O voto por correspondência	92
6. A representação por terceiro (procurador ou representante)	94
6.1. Associações	94
6.2. Condomínios	95
6.3. Sociedades comerciais	96
6.4. Orgãos autárquicos	96

7. Quórum	96
7.1. Associações	97
7.1.1. Representação de sócios e sua influência no quórum	97
7.2. Condomínios	98
7.3. Sociedades comerciais	98
7.3.1. Sociedades por quotas	98
7.3.2. Sociedades anónimas	100
7.3.3. Deliberações unânimes e assembleias universais	100
7.4. Administração Pública	101
7.5. Órgãos autárquicos	102
7.6. A perda de quórum no decurso da assembleia	103
7.7. Práticas antidemocráticas	103
8. A folha de presenças	104
9. Sentar no local certo	104
10. Preparação da assembleia	105
CAPÍTULO IX – INÍCIO DOS TRABALHOS E SEU DECURSO	107
1. Abertura da assembleia	107
2. Leitura do expediente	107
3. Período antes da ordem do dia	108
4. Ordem de trabalhos	108
4.1. Apresentação das propostas	109
4.1.1. Nas associações	109
4.1.2. Condomínios	109
4.1.3. Sociedades comerciais	110
4.1.4. Órgãos autárquicos	111
4.2. Passagem aos pontos seguintes	112
CAPÍTULO X – DOCUMENTOS ENTREGUE NA MESA	113
1. Moção	113
Exemplo	113
1.1. Admissão	114
1.2. Admissão de várias moções. Numeração	116
1.3. Discussão	116
1.4. Fusão de moções	116
1.5. Votação	116
2. Proposta	117
2.1. A figura das “Conclusões”	118
3. Recomendação	118
4. Requerimento	118

4.1. Requerimento para passar imediatamente à votação: “golpe” ou exercício de um direito?	119
CAPÍTULO XI – INTERVENÇÕES NA ASSEMBLEIA	121
1. O uso da palavra	121
2. Como falar em assembleia	122
2.1. Regras básicas	122
2.2. Falar sentado ou de pé?	123
2.3. Pôr emoção na intervenção	124
2.4. Uma graça pelo meio, não uma graçola	124
2.5. Limites à liberdade de expressão: injúria e difamação	124
3. Encerramento das inscrições	126
4. Limitação de tempo no uso da palavra	126
5. O ponto de ordem à mesa	127
6. A defesa da honra	128
7. A retirada da palavra	128
8. A assembleia, instância de recurso	129
CAPÍTULO XII – VOTAÇÃO	131
1. A votação, meio de expressão da vontade coletiva	131
2. O consenso	131
3. Votação e eleição	132
3.1. A assembleia eleitoral	132
3.2. O método de Hondt	133
4. Ininterrupção da votação	134
5. Associações	134
5.1. Maioria	135
6. Condomínios	136
7. Sociedades comerciais	137
7.1. Sociedades por quotas	137
7.2. Sociedades anónimas	138
8. Administração Pública	138
9. Órgãos autárquicos	140
Exemplo	140
10. As declarações de voto	141
11. Os protestos	141
CAPÍTULO XIII – A ATA	143
1. Conceito de ata	143
2. Finalidade	144
3. Quem as elabora	145

4. Cuidados a ter	145
5. A minuta de ata	146
6. Aprovação da ata	146
7. Onde é lavrada a ata	147
8. A assinatura da ata	147
8.1. Associações	147
8.2. Assembleia dos condóminos	147
8.3. Sociedades comerciais	148
8.4. Entidades públicas	148
8.5. Órgãos autárquicos	148
9. A retificação da ata	148
10. A certidão da ata	149
11. Força probatória da ata	149

CAPÍTULO XIV – ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS 151

1. Encerramento	151
2. Prorrogação	152
3. A sessão. Diferença entre reunião e sessão	152

CAPÍTULO XV – PUBLICIDADE DAS DELIBERAÇÕES 155

1. Associações	155
2. Assembleia dos condóminos	155
3. Sociedades comerciais	156
4. Administração Pública	156
5. Órgãos autárquicos	156

PARTE III

COMO REAGIR PERANTE DELIBERAÇÕES ILEGAIS?

CAPÍTULO XVI – SUSPENSÃO DAS DELIBERAÇÕES SOCIAIS E AÇÕES

EM TRIBUNAL 161

1. Noções gerais	161
Exemplos	161
a) Irregularidade na convocatória	161
b) Ausência de quórum de funcionamento	162
c) Atividade proibida por lei	162
d) Falta de competência	163
1.2. Impugnação	163
1.3. Nulidade e anulabilidade	163
1.4. Ineficácia	164

1.5. Ação declarativa e procedimento cautelar de suspensão das deliberações	164
2. Associações	166
2.1. Suspensão das deliberações	168
Exemplo	169
2.2. Ação de anulação	172
3. Assembleia dos condóminos	173
3.1. Regra geral: anulabilidade	173
3.2. Meios de impugnação	174
3.3. Prazos	174
4. Sociedades comerciais	175
4.1. Diferença entre invalidade, irregularidade e ineficácia	175
4.2. Deliberações sociais nulas	175
4.3. Deliberações sociais anuláveis	176
4.4. Propositura de ações	177
4.4.1. Prazos	177
4.5. Suspensão de deliberações sociais	178
4.6. Renovação das deliberações sociais inválidas	179
5. Administração Pública	180
5.1. Deliberações nulas e anuláveis	180
5.2. Impugnação administrativa	181
5.3. Impugnação contenciosa	181
5.4. Procedimento cautelar	182

#### PARTE IV DOCUMENTOS DE APOIO

Doc. 1 – Convocatória	187
Doc. 2 – Convocatória (Sociedade anónima)	188
Doc. 3 – Edital (Assembleia de freguesia)	189
Doc. 4 – Ata (Deliberação unânime)	191
Doc. 5 – Moção	193
Doc. 6 – Proposta	196
Doc. 7 – Recomendação	198
Doc. 8 – Requerimento	201
Doc. 9 – Declaração de Voto	202
Doc. 10 – Protesto	203
Doc. 11 – Ata de Assembleia Geral	204
BIBLIOGRAFIA ELEMENTAR	207